

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

O AUMENTO DA REMUNERAÇÃO BASE NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS APÓS A REPOSIÇÃO DOS CORTES FOI APENAS DE 2,8% E VARIOU MUITO POR CATEGORIA E A SUBIDA DA DESPESA COM PESSOAL EM 2019 NÃO FOI 540 MILHÕES € COMO AFIRMA CENTENO MAS SIM 310,7 MILHÕES€

Numa altura em que se “negoceiam” as remunerações dos 698.522 trabalhadores das Administrações Públicas é importante dar a conhecer a situação destes trabalhadores. É o que vamos fazer utilizando os dados da DGAEP

Quadro 1- Variação da RBMM e do GMM nominais (antes de descontos e IPC) médios no período 2016-2019

CARGO / CARREIRA / GRUPO	REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL (RBMM)						GANHO MÉDIO MENSAL (GMM)							
	2016		2018		2019		2016/19		2018/19		2016/19		2018/19	
	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro
Total	1 461 €	1 469 €	1 501 €	2,8%	2,2%	1 667 €	1 719 €	1 760 €	5,6%	2,4%				
Dirigente superior:	3 918 €	3 889 €	3 834 €	-2,2%	-1,4%	4 863 €	4 844 €	4 774 €	-1,8%	-1,4%				
Dirigente intermédio:	2 682 €	2 662 €	2 657 €	-0,9%	-0,2%	3 144 €	3 166 €	3 142 €	-0,1%	-0,7%				
Técnico superior	1 651 €	1 645 €	1 648 €	-0,2%	0,1%	1 806 €	1 813 €	1 826 €	1,1%	0,7%				
Assistente técnico/administrativo (b)	911 €	916 €	926 €	1,7%	1,1%	1 046 €	1 074 €	1 093 €	4,5%	1,7%				
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	631 €	649 €	682 €	7,9%	5,0%	759 €	812 €	852 €	12,2%	5,0%				
Informático	1 733 €	1 739 €	1 781 €	2,8%	2,4%	1 900 €	1 956 €	1 987 €	4,6%	1,6%				
Magistrado	4 921 €	4 927 €	4 930 €	0,2%	0,1%	5 601 €	5 838 €	5 820 €	3,9%	-0,3%				
Diplomata (d)	2 553 €	2 491 €	2 487 €	-2,6%	-0,2%	9 026 €	9 392 €	9 202 €	1,9%	-2,0%				
Pessoal de investigação científica	3 311 €	3 303 €	2 677 €	-19,1%	-18,9%	3 390 €	3 436 €	2 794 €	-17,6%	-18,7%				
Docente ensino universitário	3 537 €	3 553 €	3 560 €	0,6%	0,2%	3 608 €	3 676 €	3 690 €	2,3%	0,4%				
Docente ensino superior politécnico	3 063 €	3 116 €	3 146 €	2,7%	0,9%	3 056 €	3 238 €	3 278 €	7,2%	1,2%				
Educ. infância e doc. ens. básico/second.	2 013 €	2 022 €	2 071 €	2,9%	2,4%	2 112 €	2 137 €	2 192 €	3,8%	2,6%				
Pessoal de inspeção	2 212 €	2 194 €	2 221 €	0,4%	1,2%	2 526 €	2 548 €	2 550 €	0,9%	0,1%				
Médico	2 771 €	2 776 €	2 756 €	-0,5%	-0,7%	3 575 €	3 727 €	3 669 €	2,6%	-1,5%				
Enfermeiro	1 327 €	1 328 €	1 431 €	7,8%	7,8%	1 528 €	1 639 €	1 738 €	13,8%	6,0%				
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 214 €	1 223 €	1 295 €	6,7%	5,9%	1 380 €	1 437 €	1 529 €	10,8%	6,4%				
Técnico superior de saúde	1 857 €	1 880 €	1 866 €	0,5%	-0,7%	2 048 €	2 135 €	2 118 €	3,4%	-0,8%				
Administração tributária e aduaneira	1 898 €	1 922 €	1 996 €	5,2%	3,9%	2 016 €	2 123 €	2 197 €	9,0%	3,5%				
Conservador e Notário	3 682 €	3 889 €	3 879 €	5,3%	-0,3%	3 823 €	4 273 €	4 269 €	11,7%	-0,1%				
Oficial dos registos e do notariado	1 888 €	1 914 €	1 906 €	1,0%	-0,4%	2 088 €	2 118 €	2 101 €	0,6%	-0,8%				
Oficial de justiça	1 357 €	1 339 €	1 360 €	0,2%	1,6%	1 583 €	1 590 €	1 614 €	1,9%	1,5%				
Forças Armadas	1 188 €	1 223 €	1 265 €	6,5%	3,4%	1 566 €	1 652 €	1 731 €	10,6%	4,8%				
Polícia Judiciária	1 840 €	1 875 €	1 858 €	1,0%	-0,9%	2 234 €	2 305 €	2 299 €	2,9%	-0,2%				
Polícia de Segurança Pública	1 406 €	1 413 €	1 425 €	1,4%	0,9%	1 860 €	1 879 €	1 977 €	6,3%	5,2%				
Guarda Nacional Republicana	1 453 €	1 424 €	1 459 €	0,4%	2,5%	1 688 €	1 658 €	1 746 €	3,4%	5,3%				
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 083 €	2 127 €	2 002 €	-3,9%	-5,9%	2 858 €	3 001 €	2 715 €	-5,0%	-9,6%				
Guarda prisional	1 042 €	1 022 €	1 038 €	-0,4%	1,6%	1 928 €	1 896 €	1 925 €	-0,2%	1,5%				
Outro pessoal de segurança	1 124 €	1 144 €	1 170 €	4,1%	2,3%	1 663 €	1 745 €	1 819 €	9,3%	4,2%				
Bombeiro	991 €	965 €	1 030 €	3,9%	6,7%	1 485 €	1 527 €	1 618 €	9,0%	6,0%				
Polícia municipal (e)	994 €	1 012 €	1 037 €	4,2%	2,4%	1 458 €	1 562 €	1 606 €	10,1%	2,9%				
Total	1 584 €	1 597 €	1 631 €	3,0%	2,2%	1 805 €	1 867 €	1 912 €	5,9%	2,4%				
Representantes do poder legislativo (a)	4 522 €	4 452 €	4 505 €	-0,4%	1,2%	6 318 €	6 208 €	6 236 €	-1,3%	0,4%				
Dirigente superior:	4 103 €	4 059 €	3 986 €	-2,9%	-1,8%	5 102 €	5 075 €	4 984 €	-2,3%	-1,8%				
Dirigente intermédio:	2 843 €	2 832 €	2 838 €	-0,2%	0,2%	3 363 €	3 403 €	3 384 €	0,6%	-0,6%				
Técnico superior	1 748 €	1 758 €	1 752 €	0,2%	-0,3%	1 939 €	1 959 €	1 973 €	1,7%	0,7%				
Assistente técnico/administrativo (b)	923 €	937 €	943 €	2,2%	0,7%	1 075 €	1 117 €	1 134 €	5,5%	1,5%				
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	620 €	641 €	675 €	8,8%	5,3%	742 €	797 €	843 €	13,5%	5,7%				
Informático	1 771 €	1 780 €	1 807 €	2,0%	1,5%	1 974 €	2 053 €	2 052 €	3,9%	-0,1%				
Magistrado	4 921 €	4 927 €	4 930 €	0,2%	0,1%	5 601 €	5 838 €	5 820 €	3,9%	-0,3%				
Diplomata (d)	2 553 €	2 491 €	2 487 €	-2,6%	-0,2%	9 026 €	9 392 €	9 202 €	1,9%	-2,0%				
Pessoal de investigação científica	3 310 €	3 303 €	2 677 €	-19,1%	-18,9%	3 388 €	3 435 €	2 794 €	-17,6%	-18,7%				
Docente ensino universitário	3 537 €	3 553 €	3 560 €	0,6%	0,2%	3 608 €	3 676 €	3 690 €	2,3%	0,4%				
Docente ensino superior politécnico	3 063 €	3 116 €	3 146 €	2,7%	0,9%	3 056 €	3 238 €	3 278 €	7,2%	1,2%				
Educ. infância e doc. ens. básico/second.	2 026 €	2 036 €	2 082 €	2,7%	2,3%	2 125 €	2 148 €	2 201 €	3,6%	2,5%				
Pessoal de inspeção	2 301 €	2 273 €	2 324 €	1,0%	2,2%	2 598 €	2 608 €	2 614 €	0,6%	0,2%				
Médico	2 768 €	2 773 €	2 753 €	-0,5%	-0,7%	3 543 €	3 691 €	3 637 €	2,7%	-1,5%				
Enfermeiro	1 325 €	1 327 €	1 431 €	8,0%	7,8%	1 523 €	1 636 €	1 734 €	13,9%	6,0%				
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 206 €	1 217 €	1 292 €	7,2%	6,1%	1 370 €	1 430 €	1 525 €	11,3%	6,6%				
Técnico superior de saúde	1 847 €	1 873 €	1 859 €	0,6%	-0,8%	2 050 €	2 130 €	2 112 €	3,0%	-0,9%				
Administração tributária e aduaneira	1 901 €	1 924 €	1 998 €	5,1%	3,8%	2 018 €	2 124 €	2 198 €	8,9%	3,5%				
Conservador e Notário	3 715 €	3 929 €	3 920 €	5,5%	-0,2%	3 796 €	4 250 €	4 239 €	11,7%	-0,2%				
Oficial dos registos e do notariado	1 918 €	1 945 €	1 937 €	1,0%	-0,4%	2 081 €	2 110 €	2 096 €	0,7%	-0,7%				
Oficial de justiça	1 357 €	1 339 €	1 360 €	0,2%	1,6%	1 583 €	1 590 €	1 614 €	1,9%	1,5%				
Forças Armadas	1 188 €	1 223 €	1 265 €	6,5%	3,4%	1 566 €	1 652 €	1 731 €	10,6%	4,8%				
Polícia Judiciária	1 840 €	1 875 €	1 858 €	1,0%	-0,9%	2 234 €	2 305 €	2 299 €	2,9%	-0,2%				
Polícia de Segurança Pública	1 406 €	1 413 €	1 425 €	1,4%	0,9%	1 860 €	1 879 €	1 977 €	6,3%	5,2%				
Guarda Nacional Republicana	1 453 €	1 424 €	1 459 €	0,4%	2,5%	1 688 €	1 658 €	1 746 €	3,4%	5,3%				
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 083 €	2 127 €	2 002 €	-3,9%	-5,9%	2 858 €	3 001 €	2 715 €	-5,0%	-9,6%				
Guarda prisional	1 042 €	1 022 €	1 038 €	-0,4%	1,6%	1 928 €	1 896 €	1 925 €	-0,2%	1,5%				
Outro pessoal de segurança	1 131 €	1 149 €	1 175 €	3,9%	2,3%	1 690 €	1 765 €	1 840 €	8,9%	4,3%				
Total	1 415 €	1 415 €	1 414 €	-0,1%	-0,1%	1 628 €	1 671 €	1 684 €	3,4%	0,8%				
Representantes do poder legislativo (a)	3 643 €	3 657 €	3 689 €	1,3%	0,9%	4 504 €	4 513 €	4 521 €	0,4%	0,2%				
Dirigente superior:	3 486 €	3 460 €	3 533 €	1,4%	2,1%	4 324 €	4 246 €	4 232 €	-2,1%	-0,3%				
Dirigente intermédio:	2 768 €	2 783 €	2 749 €	-0,7%	-1,2%	3 088 €	3 133 €	3 129 €	1,3%	-0,1%				
Técnico superior	1 689 €	1 668 €	1 648 €	-2,4%	-1,2%	1 858 €	1 832 €	1 814 €	-2,4%	-1,0%				
Assistente técnico/administrativo (b)	948 €	944 €	942 €	-0,6%	-0,2%	1 094 €	1 106 €	1 118 €	2,2%	1,0%				
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	675 €	682 €	699 €	3,5%	2,4%	857 €	887 €	929 €	8,4%	4,7%				
Informático	1 840 €	1 815 €	1 847 €	0,4%	1,7%	1 965 €	1 958 €	1 997 €	1,6%	2,0%				
Educ. infância e doc. ens. básico/second.	1 905 €	1 918 €	1 956 €	2,6%	1,9%	2 022 €	2 056 €	2 098 €	3,7%	2,0%				
Pessoal de inspeção	2 006 €	2 016 €	2 080 €	3,7%	3,2%	2 388 €	2 433 €	2 533 €	6,1%	4,1%				
Médico	2 922 €	2 942 €	2 926 €	0,1%	-0,6%	4 329 €	4 569 €	4 432 €	2,4%	-3,0%				
Enfermeiro	1 397 €	1 391 €	1 368 €	-2,1%	-1,7%	1 705 €	1 829 €	1 871 €	9,7%	2,2%				
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 331 €	1 300 €	1 293 €	-2,8%	-0,5%	1 554 €	1 545 €	1 575 €	1,4%	1,9%				
Técnico superior de saúde	2 124 €	2 156 €	2 199 €	3,5%	2,0%	2 396 €	2 633 €	2 628 €	9,7%	-0,2%				
Total	1 402 €	1 408 €	1 479 €	5,5%	5,0%	1 577 €	1 639 €	1 709 €	8,3%	4,2%				
Representantes do poder legislativo (a)	3 655 €	3 689 €	3 579 €	-2,1%	-3,0%	4 200 €	4 188 €	4 085 €	-2,7%	-2,5%				
Dirigente superior:	3 437 €	3 468 €	3 355 €	-2,4%	-3,2%	4 342 €	4 393 €	4 238 €	-2,4%	-3,5%				
Dirigente intermédio:	2 863 €	2 907 €	2 921 €	2,0%	0,5%	3 538 €	3 706 €	3 715 €	5,0%	0,2%	</			

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Os dados do quadro 1 foram publicados pela Direção Geral do Emprego e Administração Pública (DGAEP) do Ministério das Finanças em 14-2-2020, portanto são recentes. São valores médios, portanto não se referem a cada trabalhador concreto, mas é a média de cada categoria, e são nominais, portanto antes dos descontos para o IRS, CGA ou Segurança Social, ADSE e antes também de deduzir o efeito corrosivo do aumento de preços que, entre 2016/2019, foi de 2,6% segundo o INE.

A primeira conclusão importante que se tira desses dados é que o aumento da remuneração base média mensal dos trabalhadores de todas as Administrações Públicas no período 2016/2019 (+2,8%), resultante das progressões nas carreiras já foi praticamente “comido” pelo aumento de preços (+2,6%). Os trabalhadores da Função Pública ainda não conseguiram recuperar a enorme perda de poder de compra que sofreram durante o período da “troika” e do governo PSD que atingiu, em média -17% (quadro 3, à frente) e as progressões nas carreiras registadas a partir da reposição total dos cortes em Out.2016 não estão a contribuir efetivamente para essa recuperação como afirma o governo.

A segunda conclusão importante que se tira dos dados divulgado pelo Ministério das Finanças constantes do quadro 1, é que os aumentos determinados pelas progressões nas carreiras foram extremamente desiguais. Em várias categorias profissionais a variação da remuneração base média até foi negativa (há mesmo uma categoria que atinge -19%) como revelam os dados do Ministério das Finanças. Tal facto deverá ter resultado da substituição de trabalhadores mais velhos, devido à aposentação, por trabalhadores mais novos a quem o Estado paga remunerações mais baixas tal como fazem os patrões privados (na Administração Pública há contratação de trabalhadores precários a empresas de trabalho temporário a quem se paga 6,7€/hora por imposição do Ministério das Finanças, um ex. ADSE)

A 3ª conclusão prende-se com os ganhos médios mensais cujo aumento, neste período, foram superiores aos verificados nas remunerações base medias mensais. Este facto deve-se estar associado em grande parte à insuficiência de recursos humanos na maior parte dos serviços públicos que põem em causa o seu funcionamento normal. Para procurar colmatar esta falta extrema de trabalhadores, muitas instituições têm recorrido a horas extraordinárias, e muitos trabalhadores aceitam para assim compensar o enorme poder de compra perdido desde 2009. Isso acontece, por ex., na ADSE. Mesmo entrando com esse recurso maciço a horas para evitar o colapso dos serviços públicos verifica-se, como mostram os dados do Ministério das Finanças constantes do quadro 1 (ver as últimas duas colunas à direita a amarelo), uma variação negativa nos ganhos médios mensais, entre 2016 e 2019 e mesmo entre 2018 e 2019, de várias categorias profissionais.

A PERDA DE PODER DE COMPRA DA FUNÇÃO PÚBLICA DESDE 2009 NÃO ESTÁ A SER INVERTIDA

A Remuneração Base Média Mensal (RBMM) antes dos descontos (antes da dedução para IRS, CGA/Segurança Social, ADSE) e de deduzir o efeito corrosivo do aumento de preços é muito diferente da Remuneração Base Média Mensal líquida, ou seja, aquela que o trabalhador recebe após terem sido feitos todos os descontos. Outra coisa diferente é a variação do poder de compra dessa remuneração o que só se obtém deduzindo o efeito corrosivo do aumento de preços. São essas contas que se vai fazer para que se possa ficar com uma ideia clara do poder de compra que perdeu a Função Pública entre 2009 e 2019 e que ainda não recuperou. E os resultados obtidos constam do quadro 2.

A conclusões que se tiram do quadro 2 que se apresenta seguidamente, e que foi construído também a partir de dados divulgados pelo Ministério das Finanças, são essencialmente as seguintes: (1) Mesmo sem entrar com as deduções resultantes do enorme aumento de IRS e da contribuição para a ADSE, e entrando apenas com a subida verificada nos preços (IPC) que foi, segundo o INE, de 11,12% entre 2009 e 2019; repetindo, só entrando com o aumento de preços conclui-se que poder de compra da remuneração média mensal nominal dos trabalhadores da Função Pública era, em 2019, inferior à de 2009 em -7,4%, variando de categoria profissional para categoria profissional atingindo em algumas delas reduções -11,5% (médicos), -13,8% (SEF) e mesmo -26,9% (investigadores científicos); (2) Se entrar em conta com o enorme aumento verificado no IRS que, em grande parte, ainda não foi eliminado, e da contribuição para ADSE, o efeito sobre o poder de compra das remunerações dos trabalhadores das Administrações Públicas ainda foi mais devastador: em média reduziu o poder de compra, entre 2009 e 2019, em -17%, mas atingiu para determinadas categorias profissionais (as referidas anteriormente) -19,7%; -21,4% e mesmo -32,7% como revelam os dados do Ministério da Finanças.

Face às conclusões anteriores um aumento de 0,3% em 2020, como pretendia este governo, e tendo em conta que, de acordo com as próprias previsões do próprio governo, a taxa de inflação (IPC) em 2020 será de 1,4% (pág. 49 do Relatório OE 2020) só pode ser encarado como uma autêntica provocação e falta de respeito pelo trabalhadores das Administrações Públicas, essenciais para o bem-estar dos portugueses e para o desenvolvimento do país (saúde, educação, segurança social, serviços culturais, segurança pública, transportes, etc., etc.).

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Quadro 2 – A variação do poder de compra dos trabalhadores de todas as Administrações Públicas entre 2009 e 2019 com base nos dados de remunerações divulgados pelo Ministério das Finanças

CARGO / CARREIRA / GRUPO	REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL (RBMM) ILÍQUIDA (antes de quaisquer descontos e de deduzir o efeito do aumento do IPC)				REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA LÍQUIDA (após a dedução do IRS, CGA/Seg.Social, ADSE e IPC)		
	2009	2019	Out.2019 Deduzido apenas do efeito do aumento de preços (IPC) entre 2009 e 2019	2009/2019 (apenas se deduziu o efeito do aumento do IPC - preços e não da enorme subida da IRS e da ADSE)	2009	2019 a preços de 2009	Variação poder de compra 2009/2019
	outubro	outubro			outubro	outubro	%
Total	1 451 €	1 501 €	1 344 €	-7,4%	1 095 €	910 €	-17,0%
Dirigente superior:	3 953 €	3 834 €	3 431 €	-13,2%	2 510 €	1 880 €	-25,1%
Dirigente intermédio:	2 662 €	2 657 €	2 378 €	-10,7%	1 770 €	1 412 €	-20,2%
Técnico superior	1 656 €	1 648 €	1 475 €	-11,0%	1 217 €	990 €	-18,7%
Assistente técnico/administrativo (b)	912 €	926 €	829 €	-9,1%	743 €	634 €	-14,7%
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	622 €	682 €	610 €	-2,0%	538 €	521 €	-3,1%
Informático	1 732 €	1 781 €	1 594 €	-8,0%	1 256 €	1 044 €	-16,9%
Magistrado	4 855 €	4 930 €	4 412 €	-9,1%	2 986 €	2 308 €	-22,7%
Diplomata (d)	2 478 €	2 487 €	2 225 €	-10,2%	1 648 €	1 342 €	-18,6%
Pessoal de investigação científica	3 277 €	2 677 €	2 396 €	-26,9%	2 114 €	1 423 €	-32,7%
Docente ensino universitário	3 502 €	3 560 €	3 186 €	-9,0%	2 224 €	1 746 €	-21,5%
Docente ensino superior politécnico	2 940 €	3 146 €	2 815 €	-4,2%	1 926 €	1 579 €	-18,0%
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	2 012 €	2 071 €	1 854 €	-7,9%	1 419 €	1 175 €	-17,2%
Pessoal de inspeção	2 184 €	2 221 €	1 987 €	-9,0%	1 496 €	1 218 €	-18,6%
Médico	2 786 €	2 756 €	2 466 €	-11,5%	1 825 €	1 465 €	-19,7%
Enfermeiro	1 328 €	1 431 €	1 280 €	-3,6%	1 003 €	877 €	-12,5%
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 225 €	1 295 €	1 159 €	-5,4%	937 €	818 €	-12,7%
Técnico superior de saúde	1 855 €	1 866 €	1 670 €	-10,0%	1 327 €	1 076 €	-18,9%
Administração tributária e aduaneira	1 833 €	1 996 €	1 787 €	-2,5%	1 311 €	1 224 €	-6,6%
Conservador e Notário	3 555 €	3 879 €	3 471 €	-2,3%	2 257 €	1 902 €	-15,7%
Oficial dos registos e do notariado	1 894 €	1 906 €	1 706 €	-9,9%	1 354 €	1 099 €	-18,8%
Oficial de justiça	1 359 €	1 360 €	1 217 €	-10,4%	1 026 €	847 €	-17,4%
Forças Armadas	1 171 €	1 265 €	1 132 €	-3,4%	920 €	799 €	-13,1%
Polícia Judiciária	1 816 €	1 858 €	1 663 €	-8,4%	1 298 €	1 089 €	-16,1%
Polícia de Segurança Pública	1 404 €	1 425 €	1 275 €	-9,2%	1 046 €	874 €	-16,5%
Guarda Nacional Republicana	1 444 €	1 459 €	1 306 €	-9,6%	1 076 €	895 €	-16,8%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 078 €	2 002 €	1 791 €	-13,8%	1 444 €	1 136 €	-21,4%
Guarda prisional	1 028 €	1 038 €	929 €	-9,6%	828 €	702 €	-15,1%
Outro pessoal de segurança	1 120 €	1 170 €	1 047 €	-6,5%	879 €	760 €	-13,5%
Bombeiro	977 €	1 030 €	921 €	-5,7%	816 €	697 €	-14,6%
Polícia municipal (e)	964 €	1 037 €	928 €	-3,8%	786 €	701 €	-10,8%

AS CONTAS MAL FEITAS DE CENTENO E A TENTATIVA DE MANIPULAR E VIRAR A OPINIÃO PÚBLICA CONTRA OS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS. NO LUGAR DE UM AUMENTO DE DESPESA DE 524 MILHÕES € SEGUNDO O GOVERNO, A SUBIDA FOI DE 310,7 MILHÕES € EM 2019

Na campanha de manipulação da opinião pública para virar esta contra os trabalhadores da Função Pública e os imobilizar, o governo, nomeadamente o ministro das Finanças, utiliza valores não verdadeiros.

Em 2019, segundo o ministro Centeno o “descongelamento nas carreiras e as promoções” determinaram um aumento da despesa de pessoal em 540 milhões €; e a previsão para 2020 é um novo aumento de 527 milhões € (pág. 62 do Relatório do Orçamento para 2020). No entanto a verdade é muito diferente como mostram os dados do quadro 3 que foram calculados com base na informação sobre remunerações nas Administrações Públicas divulgada pela DGEP do Ministério das Finanças (quadro 3). Parece que o próprio ministro Mário Centeno não se entende com os seus serviços.)

Quadro 3 – Aumento da despesa com pessoal em todas as Administrações Públicas entre 2018/2019

ANO	Nº Trabalhadores	GMM	SBMM	DESPESA ANUAL
2018	698 522	1 719 €	1 469 €	16 461 369 452 €
2019	698 522	1 760 €	1 501 €	16 849 747 684 €
AUMENTO DE DESPESA BRUTA				388 378 232 €
DEDUÇÃO IRS - Taxa média 20%				77 675 646 €
AUMENTO DA DESPESA LÍQUIDA EFETIVA APÓS DEDUÇÃO IRS QUE REVERTE PARA O ESTADO EM 2019				310 702 586 €
AUMENTO % DA DESPESA EFETIVA EM 2019				1,9%

Na verdade, o aumento na despesa efetiva de pessoal foi, em 2019, de apenas 310,7 milhões € segundo os dados do próprio Ministério das Finanças (DGAEP) e não de 524 milhões € como afirma o ministro Mário Centeno. O mesmo tipo de previsão envergonha naturalmente o valor para 2020 – 540 milhões € segundo Mário Centeno - até porque muitas progressões na carreira acumuladas ao longo dos últimos anos foram feitas em 2019. Infelizmente este governo não olha a meios para alcançar aquilo que designa por “contas certas” mesmo que seja à custa da degradação das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores das Administrações Públicas que lhe deviam merecer respeito.

Eugénio Rosa , edr2@netcabo.pt – 15-2-2020